

JORNAL DO Federal



Ano XXVI, nº 110 - Maio 2015

ENDEREÇO DE DEVOLUÇÃO:
AC CÂMARA DOS DEPUTADOS
CEP: 70.100-970 - BRASÍLIA/DF

AO REMETENTE	
<input type="checkbox"/>	MUDOU-SE
<input type="checkbox"/>	ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/>	FALECIDO
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/>	AUSENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	OUTROS _____
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
<input type="checkbox"/>	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ___/___/___.
DATA:	RUBRICA

OrientaPsi

Onde a Psicologia se encontra na rede

pág. 3

Fala, psicólogo@!

pág. 10

Voto online: essa escolha é sua

pág. 12

Mulheres na Psicologia

pág. 14



Olá,

Seja bem-vindo à 110ª edição do seu Jornal do Federal. O CFP quer saber mais a respeito das diversas realidades de trabalho da categoria. Acesar e sistematizar relatos sobre as condições do fazer profissional, a carga horária e os salários dos (as) psicólogos (as) são procedimentos fundamentais para assegurar o desenvolvimento de uma atuação qualificada e ética em nosso campo laboral.

Por isso, apresentamos nesta edição discussões e ações do Conselho em torno deste tema. Uma delas é o OrientaPsi, plataforma de comunicação na Internet que visa aperfeiçoar o diálogo com a categoria, prover atividades formativas, como cursos e palestras, e facilitar o acesso a informações aos psicólogos (as), além de proporcionar a interação com outros profissionais por meio de uma rede social exclusiva. A nova plataforma de comunicação faz parte das ações do Exer-

cício Profissional do Planejamento Estratégico do CFP em 2015, e será lançada ainda nesse semestre.

O Conselho também se manteve atuante e promoveu campanhas que fortaleceram a luta pelas 30 horas nos últimos meses, a despeito da manutenção do veto presidencial pelo Congresso em março deste ano. Graças à pressão da categoria, o PL foi reapresentado seis dias depois e continua na agenda de ações do CFP para o próximo período – ao lado de outras reivindicações importantes, como o estabelecimento de um piso salarial.

Na sessão “Fala, Psicólogo@”, é a vez de conhecermos a história e a atuação de uma profissional da região Norte, Angelina Sousa. A psicóloga trabalha atualmente com Psicologia Organizacional e do Trabalho em Belém (PA), na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O sucesso dessa editoria –

inaugurada na edição passada com a experiência da Thahyane, do Ceará – foi tão grande que os relatos não contemplados nas edições impressas terão, a partir de agora, espaço também em uma página especial no site do CFP.

As comemorações do Dia Internacional da Mulher ensejaram uma reflexão sobre o papel das profissionais da Psicologia na atualidade, materializada em entrevista com a Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB (2013) e psicóloga clínica da Universidade Federal do Acre (UFAC), Madge Porto, responsável pela coordenação do GT Laicidade e Psicologia e pelo tema dos direitos humanos das mulheres no XVI Plenário. Para ela, as psicólogas geralmente recebem menores salários, sofrem com assédio moral e sexual em seus ambientes de trabalho e enfrentam jornadas exaustivas (que incluem o trabalho doméstico).

A prática da tortura por parte do Estado brasileiro nos dias atuais e o papel da Psicologia nesse contexto exigem um debate qualificado e comprometido. O CFP tem assento no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) da Presidência da República e atua junto às Clínicas do Testemunho, que atendem anistiados, sobreviventes do período ditatorial e seus familiares, tendo como objetivo ampliar a atenção como uma política pública de reparação psíquica para sobreviventes do terror de Estado e da violência atual.

Em continuidade à série “Memórias da Psicologia”, seguimos tratando do período da industrialização e intensificação da urbanização no Brasil, e o surgimento de diversos cursos de Psicologia pelo País – gerando, desta forma, as bases para a regulamentação da profissão, que ocorreu em 27 de agosto de 1962.

Boa leitura!



Ano XXV, nº 110 - Maio 2015

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B,
Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150
www.cfp.org.br

f /conselhofederaldepsicologia
e @cfp_psicologia

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente
Rogério de Oliveira Silva
Vice-presidente
Maria da Graça Corrêa Jacques
Secretária
Sergio Luis Braghini
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotêa Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte
Inara Barbosa Leão
Secretária Região Centro-Oeste
João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul
Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste
Lurdes Perez Oberg
Secretária Região Sudeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carualho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Jacqueline de Oliveira Moreira
Silvana Carneiro Maciel
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro
João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste
Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte
Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul
Sandra Luzia de Souza Alencar
Suplente Região Sudeste

Vera Lucia Morcelli
Suplente Região Centro-Oeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Maria Augusta Rondas Speller
Jefferson de Souza Bernardes

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia
Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia
Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social
Lóiva de Boni
Álcool e Drogas
Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da Atividade Física
Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos
Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social
Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica
Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI
Tânia Grigolo
Saúde Mental
Vera Paiva
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Goes de Mello

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Goes de Mello
(MTB 9088)

REPORTAGEM

Alexandre Casatti
André Martins de Almeida
Maria Goes de Mello
Raquel de Lima Marques Alves

APOIO TÉCNICO

Ana Clara de Medeiros Araújo
Marcos Cavalcante Nobre
Pablo Emilio de Mattos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO





Foto: Ag. Movimento

OrientaPsi: o ponto de encontro do psicólogo no Brasil

CFP lança plataforma de comunicação na Internet para aperfeiçoar diálogo com a categoria e facilitar o acesso a informações necessárias para o exercício profissional

Imagine um grande evento, sem data para terminar, em que os (as) psicólogos (as) possam trocar experiências profissionais e técnicas, debater o futuro da profissão e ainda contar com um centro consultivo e de orientação para o seu trabalho diário.

Em uma sociedade imersa e condicionada às novas tecnologias, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) não poderia deixar de se modernizar e proporcionar à categoria o que há de melhor em Comunicação. Por isso, lançará ainda neste primeiro semestre de 2015 o OrientaPsi, maior portal interativo da Psicologia brasileira.

O objetivo da autarquia é aperfeiçoar o diálogo e a comunicação junto à categoria para que a atuação do Sistema Conselhos seja pautada pela realidade do dia a dia do trabalho dos (as) psicólogos (as). Também pretende se consolidar como um espaço de debates e de expressão das opiniões dos profissionais. A plataforma contará com pesquisas, buscas estatísticas, rede social, grupos de discussão, cursos online, dentre outras funcionalidades, e, já na primeira fase do projeto, poderá ser acessada por psicólogos (as) que estão cadastrados no Sistema Conselhos. A previsão de participação inicial é de mais de 250 mil profissionais.

“É fundamental que o CFP trabalhe conhecendo a realidade diária do trabalho dos psicólogos em todo o Brasil. As pesquisas online,

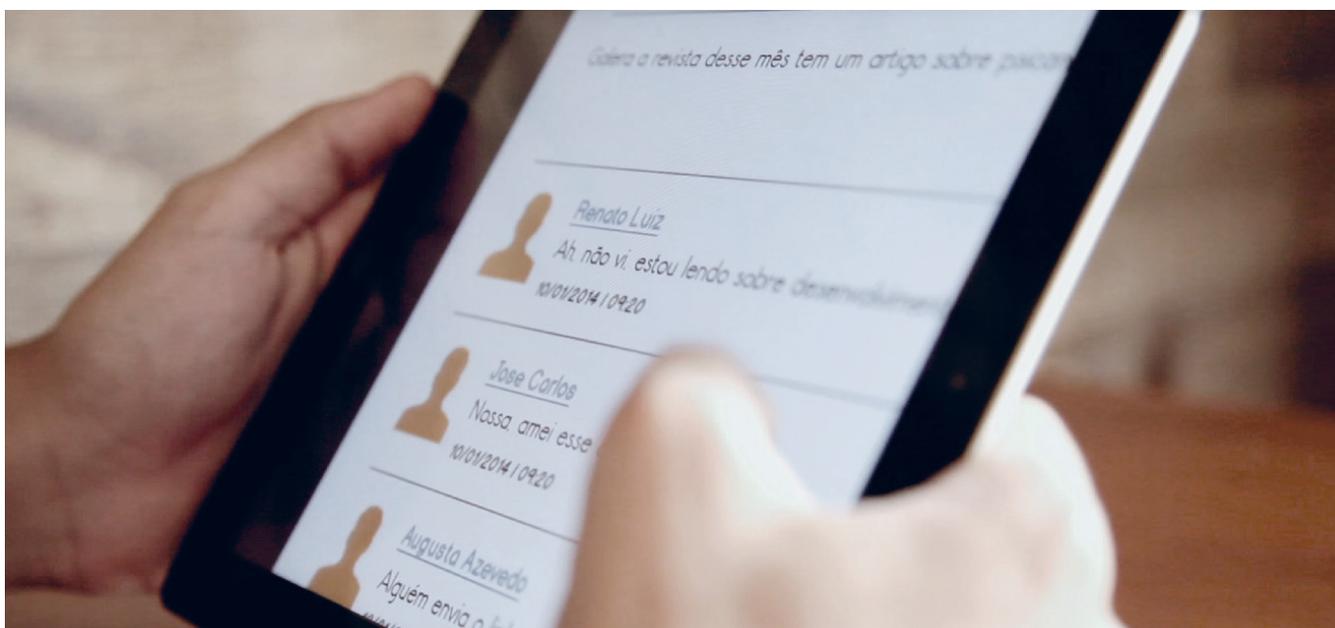
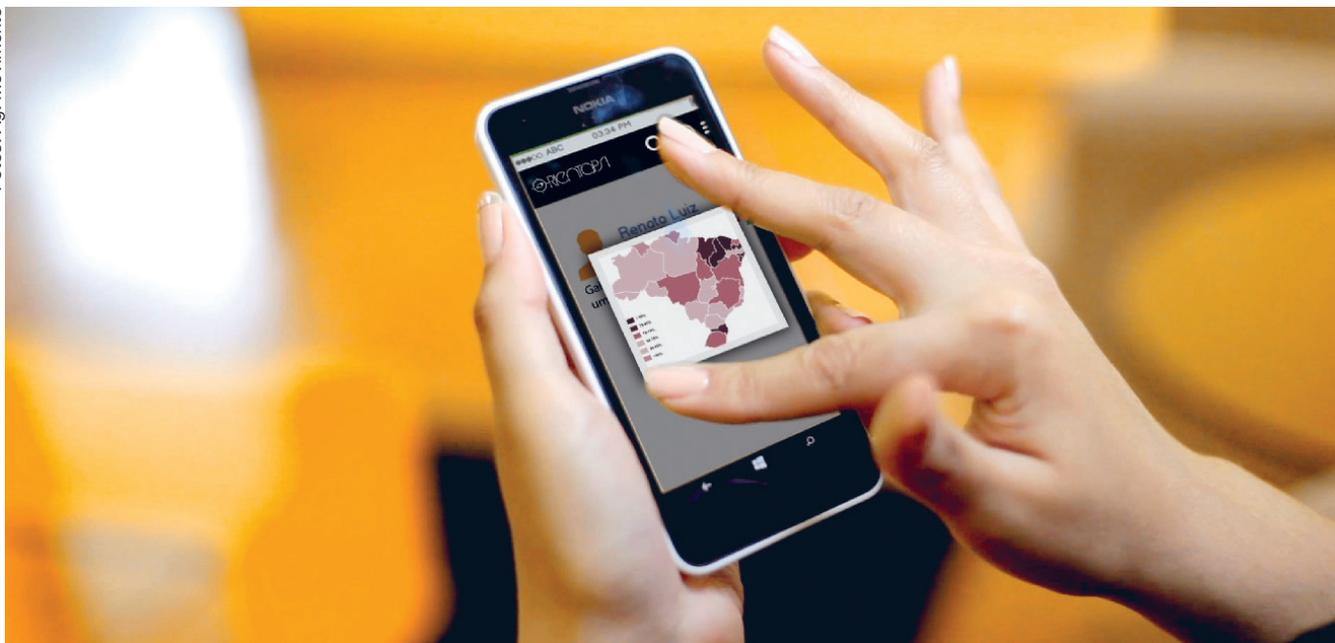
“

O objetivo do OrientaPsi é ser a principal referência na prestação de informações para a categoria de psicólogos, sobre os parâmetros éticos e técnicos do exercício profissional.”

fóruns e consultas públicas, por exemplo, possibilitarão nos aproximar das condições e relações de trabalho no que diz respeito às referências técnicas utilizadas, ambientes de trabalho, relações com os gestores e chefias, condições salariais, enfim, todos os processos que envolvem o mundo do trabalho”, explica Rogério Oliveira, conselheiro vice-presidente do CFP e responsável pela área de Comunicação do Conselho.

De acordo com o conselheiro, o princípio do diálogo já parte do próprio método de construção do portal. A categoria poderá opinar na própria plataforma sobre os ca-

Fotos: Ag. Movimento



minhos que o OrientaPsi deverá seguir nas etapas seguintes. Neste momento inicial, o CFP disponibilizará aos profissionais uma rede social exclusiva, grupos de debate, área especial de cursos online e um centro consultivo e de orientação de trabalho e estudo, tendo como princípio a referência técnica, a ética e os Direitos Humanos.

Oliveira destaca o caráter agregador de debates da plataforma, que, segundo ele, possibilitará a articulação e a aproximação de conversas sobre os rumos da profissão. “Esta

ferramenta, que se coloca como a principal entre as iniciativas de comunicação do projeto ético-político desta gestão, nasce a partir de uma

“

O OrientaPsi tem a expectativa inicial da participação de mais de 250 mil psicólogos (as).”

constatação do Conselho acerca da necessidade de estimular a categoria ao diálogo sobre os modos de trabalho”, explica Rogério Oliveira.

A plataforma trará, ainda, novidades como uma moeda virtual que possibilitará a troca de conhecimentos e informações entre seus usuários. A moeda “Psi” poderá ser cambiada pelos (as) psicólogos (as) na aquisição de publicações, entradas para eventos e cursos online, por exemplo. O profissional irá adquirir as moedas Psi de acordo com o seu grau de uso e participação no OrientaPsi.

ORIENTA PSI



VAGAS DE TRABALHO



EVENTOS



ESTATÍSTICAS



CFP TV



RÁDIO CFP



REDE SOCIAL



CONSULTAS PÚBLICAS



GRUPOS DE DISCUSSÃO



CURSOS ONLINE



DOCUMENTOS



ORIENTAÇÃO DE TRABALHO

Conheça a plataforma



REDE SOCIAL

O OrientaPsi contará com uma rede social para os profissionais da Psicologia. O usuário terá um perfil próprio, com o qual poderá gerenciar sua participação em grupos de discussão e mensagens internas. Ele poderá, ainda, visualizar os laços e ações de conhecidos e de pessoas a quem segue.

Em seu perfil, o (a) psicólogo (a) poderá inserir foto, área de atuação e endereço de correspondência profissional, além de interagir com outros atores da categoria. Também poderá adicionar colegas - ação que possibilitará o compartilhamento mútuo de informações - ou segui-los. O painel do perfil possibilitará, ainda, a navegação por mensagens privadas e chats com a possibilidade de trocas de arquivos internos.

A plataforma será acessada automaticamente pelos (as) psicólogos (as) já cadastrados no Sistema Conselhos por meio de seu CPF e verificação de dados. Como a base de dados do OrientaPsi será baseada no Cadastro Nacional de Psicólogos, ao atualizar os dados

em seu perfil na rede, o (a) psicólogo (a) mudará automaticamente as informações em ambos os sistemas.

Os grupos de discussão da rede social terão um papel especial na articulação e debate das propostas dos (as) psicólogos (as) sobre o presente e o futuro da profissão. Trata-se de grandes áreas de debate sobre a Psicologia e sua atuação na sociedade e no mundo do trabalho. Os grupos serão divididos em grandes áreas de debates - como, por exemplo, SUS, SUAS, Saúde Mental, Tabela de Honorários, Avaliação Psicológica, Recursos Humanos, Trânsito e Mobilidade - nos quais os participantes poderão conversar e também publicar arquivos, documentos de referência, fotos, vídeos e o que pensarem ser necessário para aprimorar os debates.



CENTRO CONSULTIVO E DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO

A ferramenta contará com uma área de apoio profissional e de pesquisa aos psicólogos (as) cadastrados. Tendo como princípio a referência técnica, a ética e os direitos humanos, o espaço disponibilizará documentos de referência da Psicologia, tais como

resoluções, orientações técnicas, manuais, artigos e vídeos. A proposta é que os arquivos tenham acesso facilitado, como um guia eletrônico de bolso, em que os profissionais poderão tirar dúvidas online de forma simplificada onde estiverem.

Também estarão disponíveis informações como Tabela de Honorários, Testes Psicológicos e novidades acerca das comissões e grupos de trabalho do CFP.

Neste ambiente, ainda, as dúvidas acerca da atuação da autarquia, bem como de seus projetos junto à categoria e à sociedade poderão ser sanadas por meio de um moderno serviço de atendimento ao profissional que contará com uma base de perguntas e respostas. O novo sistema de atendimento será realizado pela divisão automatizada de temas, modelos de documentos e referências técnicas para a atuação do profissional no dia a dia. Se as informações não sanarem as dúvidas do usuário, o próprio sistema encaminhará a pergunta para o atendimento das áreas técnicas, evitando, assim, o conflito de fluxos.



CONSULTA PÚBLICA

Por meio da área Consulta Pública, o CFP pretende aprimorar a escuta aos psicólogos (as) para pautar a sua atuação política. A autarquia buscou as melhores referências tecnológicas na realização de pesquisas, enquetes e votações, cuidando, além da qualidade da abrangência das pesquisas, da certificação e da segurança. "As consultas conferirão mais transparência aos processos e aumentarão a participação direta dos profissionais cadastrados no Sistema Conselhos", observa Rogério Oliveira.



CURSOS

A promoção de cursos para os (as) psicólogos (as) é outra grande novidade do OrientaPsi. Por meio de metodologia e-learning, o CFP e parceiros oferecerão cursos diversificados de Psicologia com módulos multimídia. Nos cursos, os (as) profissionais psicólogos (as) poderão interagir com outros colegas que estão cursando o mesmo módulo ou a mesma aula, por exemplo, e trocar informações. Eles poderão, ainda, interagir e tirar dúvidas com os professores.

O OrientaPsi faz parte de um projeto de modernização de todas as plataformas de comunicação do CFP. Além dele, a autarquia deve aprimorar a tecnologia de seu portal principal, que se mantém dinâmico e aberto ao público em geral. A intenção é que, em um futuro próximo, as plataformas estejam integradas e, ainda, incluam a possibilidade de acessos diversificados para profissionais, estudantes e a sociedade em geral.

"Conhecemos a importância de que a sociedade brasileira compreenda melhor o trabalho do (a) psicó-

logo (a), qual a realidade deste trabalho, bem como o que ele tem a contribuir para o desenvolvimento da so-

“

A nova plataforma de comunicação faz parte das ações do Exercício Profissional do Planejamento Estratégico do CFP em 2015.”

cidade; por isso queremos disponibilizar um conjunto de informações para este público também, para que a sociedade compreenda melhor a atuação do (a) psicólogo (a) em seu cotidiano”, declara Oliveira.

Por ora, o OrientaPsi oferecerá, com a melhor qualidade tecnológica e de design, um espaço de interação e de acesso a informações relacionadas à fiscalização e à orientação da profissão, aos debates diversos, além de ser uma grande fonte de informações documentais para a Psicologia.

Inovador, o projeto envolveu várias áreas técnicas da autarquia - desde a gerência de Tecnologia e Informação, passando pela Gerência Técnica (para a avaliação de conteúdos) e a Assessoria de Comunicação.

Mobilizações de profissionais e estudantes em Brasília ampliaram apoios no Congresso



Foto: Ascom/CFP

Luta pelas 30 horas segue na agenda do CFP

Após manutenção do veto presidencial pelo Congresso, PL foi reapresentado na Câmara e mobilização deve se manter

Orientar, normatizar, disciplinar e zelar pela fiel observância dos princípios ético-profissionais, bem como contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão: as finalidades centrais do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ensejam, cada vez mais, o debate sobre os pressupostos para a garantia de uma atuação capacitada que esteja em consonância com as demandas da categoria e da sociedade.

Ao tomar como premissa de que a qualidade do trabalho de qualquer profissional também passa pela garantia de questões anteriores à sua atuação propriamente dita, como temas ligados à qualidade da formação e às relações laborais, o XVI Plenário do Conselho vem intensificando suas ações em torno do aprimoramento da escuta e da mobilização com vistas a assegurar melhores condições para a catego-

ria e, conseqüentemente, aperfeiçoar sua prática junto à sociedade.

Ao lado de discussões como a atualização da Tabela de Honorários e os problemas e ameaças que os profissionais da Psicologia sofrem no SUAS, SUS e no Judiciário, entre outras, a luta pela conquista das 30 horas semanais sem redução de salário se converte em uma pauta fundamental e constante para o CFP.

Em 11 de março deste ano, o Congresso Nacional decidiu manter o veto presidencial (leia ao lado) ao PL 3338/2008. Os parlamentares optaram pela manutenção do veto com o total de 303 votos dos deputados presentes – 205 votaram pela derrubada, 95 pela manutenção e três se abstiveram. Conforme a Constituição Federal, seria necessária maioria absoluta da Câmara dos Deputados, ou, no mínimo, 257 votos. Com

isso, a votação não seguiu para os senadores, que deveriam somar mais 41 dos 81 votos desses parlamentares para a derrubada do veto.

Seis dias depois, após intensa articulação junto ao CFP, o deputado Federal Felipe Bornier (PSD-RJ) (proponente do projeto original) reapresentou a proposta, com o mesmo conteúdo, e agora com número PL 769/2015. Em justificativa, o deputado apresentou como argumentos para a reapresentação do PL que, na data da apreciação do veto, “o presidente da sessão encerrou a votação em 20 minutos depois de sua abertura, não dando a oportunidade de voto a muitos dos colegas parlamentares”. Ainda de acordo com a carta de justificativas enviada por Bornier aos parlamentares, “dos pouco mais de 300 deputados que conseguiram registrar seu voto, 205 eram pela derrubada do veto. Daqueles que não conseguiram chegar a tempo para votar, a maioria manifestou também seu voto pela derrubada”, diz o texto.

Para a presidente do CFP, Mariza Borges, o momento é oportuno para a reapresentação. “É muito importante que o deputado tenha reapresentado esse mesmo PL que já foi aprovado nas duas casas parlamentares e em todas as comissões que passou”, aponta. Ela acredita serem grandes as chances, tendo em vista o apoio declarado pelas lideranças dos partidos e o crescimento da mobilização da categoria ao longo de sua tramitação. “Se eles mantiverem as posições, temos chances razoáveis do novo projeto de lei ser aprovado”.

Histórico

Em junho de 2014, o Projeto de Lei nº 3338, de 2008, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC) e seguiu para a sanção presidencial em 28 de outubro. De acordo com o despacho presidencial, entre os motivos do veto estariam a contrariedade ao interesse público e o risco de impacto ao orçamento de entes públicos municipais contidos na proposta.



Para o CFP, contudo, a argumentação não se sustenta, uma vez que a jornada de 30 horas já é uma realidade em diversos municípios brasileiros. O Conselho realizou um levantamento de informações e identificou várias prefeituras e alguns estados com legislação própria que prevê a contratação de psicólogos com a referida carga horária ou até menor. Além disso, na área da saúde, várias categorias já conquistaram a redução da jornada: os médicos trabalham no máximo 20 horas semanais, os terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, 30 horas, e os radiologistas, 24 horas semanais.

“A rotina laboral de profissionais de Psicologia requer o enfrentamento de uma grande gama de conteúdos emocionais nas mais diversas áreas de atuação. Reduzir a jornada de trabalho de psicólogos serve, portanto, ao interesse de preservar a saúde mental e psíquica desses profissionais e, igualmente, ao empenho de assegurar a qualidade de seu trabalho oferecido à população brasileira”, afirmou a autarquia em nota divulgada após a decisão presidencial.

Atualmente, a jornada dos (as) psicólogos (as) se remete à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que dispõe de 44 horas semanais, e para os trabalhadores públicos não celetistas, 40 horas. A longa jornada é considerada inadequada pela categoria,

frente às demandas específicas que um profissional da psicologia enfrenta. Em seu dia a dia, lidam com uma ampla variedade de questões emocionais – como diferentes ordens de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividade, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e outros conteúdos considerados substancialmente difíceis.

Segundo Mariza Borges, a qualidade do atendimento aos pacientes passa necessariamente pela carga de trabalho à qual está submetido o (a) profissional psicólogo (a), que se estende para além das habituais 40 horas. “Fora do consultório, ou ambiente de trabalho, é preciso pensar e estudar os casos atendidos, pensar em projetos de intervenção, realizar supervisão profissional sempre que necessário, fazer gestão e atualização dos registros, sem contar os de-

safios da constante atualização e desenvolvimento profissional. Essas atividades realizam-se no período extra-jornada, o que gera desgaste físico e emocional ao psicólogo”, pondera.

Em 18 de novembro, o veto foi divulgado e o PL retornou para a apreciação conjunta do Congresso Nacional por meio de Comissão Mista de Deputados Federais e Senadores.

Redes sociais

Além do reforço na atuação do CFP, Fenapsi, dos conselhos regionais e de outras entidades junto aos parlamentares e governo, até a nova votação pela derrubada ou manutenção do veto ao PL nº 3338/2008, as mídias sociais se transformaram em uma importante ferramenta de mobilização da categoria.

Nos últimos sete dias de atividade, por exemplo, as publicações utilizando as três principais hashtags sobre o veto somaram mais de 10.000. “Muitos parlamentares divulgaram seus apoios nas redes e a categoria, ao longo dos meses, ampliou a pressão por meio desse instrumento, o que certamente aumenta nossa capacidade de interlocução junto aos legisladores. Devemos seguir unidos e firmes, mostrando à sociedade nossa capacidade de lutar por nossas demandas”, finaliza a presidente do CFP.

“

Se eles mantiverem as posições, temos chances razoáveis do novo projeto de lei ser aprovado”

Foto: Juliet Earth/CC



Exercício profissional enquanto trabalho: do que estamos falando?

Para o XVI Plenário do CFP, redução da jornada de trabalho, piso salarial e formação de qualidade são condições fundantes para o bom exercício profissional

A Psicologia brasileira tem vivido, nos últimos vinte anos, uma profunda transformação. Saímos de uma condição em que tínhamos um acréscimo no número de novos profissionais que se dava em progressão aritmética e passamos para a progressão geométrica. Somos, atualmente, cerca de 253 mil profissionais inscritos e ativos no Sistema Conselhos de Psicologia e temos por volta de 164 mil estudantes de graduação espalhados pelo País. Se partirmos do pressuposto de que a formação de um novo profissional dar-se-á em aproximadamente cinco anos, e debitarmos uma possível evasão da ordem de dez por cento, podemos projetar que chegaremos em 2020 com aproximadamente 400.000 inscritos ativos e aptos a exercer a profissão de Psicólogo(a) no Brasil. Entre os vários questionamentos que se colocam, há um que nos parece central: como lidar com essa realidade do ponto de vista do exercício profissional enquanto trabalho?

Nós, do XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia, estamos em-

penhados e focados neste desafio. Sabemos que o modelo de orientação e fiscalização profissional ainda está baseado na realidade da década de 1970. A formulação crítica a que assistimos, ao longo das décadas de 1980 e 1990, em relação ao papel do Psicólogo diante da realidade brasileira, não levou em consideração que a nossa profissão cumpre um papel contra-hegemônico diante da lógica do sistema vigente.

O nosso compromisso para com o bem-estar do outro, para com as demandas da sociedade na qual estamos inseridos, para com a promoção dos direitos não é valorizado por aqueles que estão nos postos de poder político e econômico. O sistema no qual estamos inseridos não valoriza a emancipação e a autonomia dos sujeitos. E isso está presente em todas as áreas da nossa sociedade: da saúde à educação (pública ou privada), do trabalho à assistência social, do esporte ao meio jurídico. Sem contar o espaço onde a nossa presença é fundamental para os avanços ne-

cessários e prementes, o dos Direitos Humanos. Não é à toa que essa forma de estrutura social insiste em nos “punir”, fazendo com que as nossas condições de trabalho sejam precárias, com que a nossa jornada profissional seja excessiva, com que nosso poder de compra seja diminuído. Esta questão deve e pode ser encarada por todas as representações da Psicologia com altivez e firmeza. Temos de enfrentar sérios desafios, como os discursos falaciosos de que não nos compreendem, de que não sabem o que queremos e o que fazemos. Sabem sim. É por isso que insistem em nos desvalorizar e nos precarizar, em não atender nossas reivindicações de redução da carga horária e da criação de um piso salarial, por exemplo.

Além disso, temos de enfrentar outra falácia – essa um pouco menos conhecida por grande parte da nossa categoria: a de que os conselhos não representam os interesses dos psicólogos, em sua maioria psicólogas, mas tão somente os da sociedade, e que as questões referentes ao exercício profissional enquanto trabalho são de responsabilidade apenas dos sindicatos. Isso é um absurdo! Evita-se, com esse discurso, ocultar o fato de que nas duas últimas décadas o Sistema Conselhos de Psicologia não se debruçou sobre esta questão, com vistas a enfrentá-la por meio de ações e projetos. A categoria vem pautando essa demanda em todos os Congressos Nacionais da Psicologia desde o primeiro, em 1994. E nada, absolutamente nada, foi feito quanto às condições e relações de trabalho.

Acreditou-se que, ao demonstrarmos engajamento nas demandas, sobretudo dos excluídos da sociedade brasileira, por meio das políticas públicas, o reconhecimento e a valorização viriam a posteriori, como um retorno automático. Contudo, temos encontrado diversos casos de perseguições a profissionais comprometidos com as demandas sociais (como no caso do SUAS), que diante da recusa em atender uma determinação judicial para a qual não se encontram preparados, recebem intimações e até mesmo voz de prisão. Profissio-

nais que, ao assumirem um cargo em uma prefeitura depois de terem sido aprovados em concurso público para uma determinada área, são informados que irão assumir funções em outras áreas também – porque “assim é a realidade e todos fazem isso”. Sem contar o assédio por parte de gestores públicos e privados diante da nossa postura ao promovermos ações voltadas para a autonomia e o bem-estar dos sujeitos que atendemos.

Quando um profissional não encontra boas condições para o seu exercício profissional, isso repercute diretamente nas questões éticas. E os processos éticos que nos chegam para julgamento nos dão a clareza disso. Não nos cabe, enquanto representantes eleitos, a escolha de não enxergar a realidade.

Por isso, nós do XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia estamos engajados na realização do projeto que nomeamos de “exercício profissional enquanto trabalho”. Estamos lançando o Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia (OrientaPsi) para funcionar como a ferramenta de comunicação e interface com as demandas da sociedade e a realidade do exercício profissional. Afinal, temos plena consciência de que, ao pensarmos um projeto político a partir do local onde estamos, da representação que ocupamos, não somos nós os atores que irão executar este projeto. Quem produz as ações efetivas são os profissionais que trabalham diariamente para fazer da nossa profissão uma realidade. São as psicólogas e os psicólogos que exercem suas atividades laborais e que vivem na pele a realidade das condições de trabalho, das relações com as chefias, da carga horária e, muitas vezes, dos baixos salários. Quando essa realidade não é adequada, os usuários dos nossos serviços também sofrem, pois é a eles que dedicamos o nosso compromisso ético e laboral.

Rogério de Oliveira Silva

é psicólogo e vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Sistema Conselhos realiza assembleia em Brasília

A Apaf se reuniu em dezembro para prestação de contas e análise das ações do Sistema Conselhos

A Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) autorizou por unanimidade o orçamento anual do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para 2015 e, ainda, o planejamento das ações do Sistema. A Assembleia aprovou também, com ressalvas, a prestação de contas da autarquia federal relativa ao exercício de 2013 (gestão anterior) - apesar de indicação de reprovação feita por auditoria independente.

O XVI Plenário do CFP apresentou na reunião o relatório que apontava para reprovação das contas daquele ano. De acordo com o tesoureiro do Conselho, Sergio Braghini, a análise das auditorias independentes indicou a reprovação em função do déficit orçamentário deixado para a gestão seguinte. “As auditorias apontaram irregularidades, por isso, a decisão do plenário foi a de cumprir a lei, em nome da ética na gestão pública, e encaminhou denúncia ao Ministério Público”, afirma.

Dentre as propostas apresentadas pelos tesoureiros e debatidas pela Assembleia, encontram-se, ainda, a regulamentação da participação dos CRPs nos grupos de trabalho da Apaf e a criação do Fundo de Implantação e Implementação dos CRPs. “Essa foi uma proposta do CRP 23 (TO) que vem a somar com as intenções do XVI Plenário em democratizar a gestão financeira dos CRPs. A realidade é que muitos Conselhos possuem uma base de psicólogos (as) relativamente pequena. Para que não haja uma penalização dos profissionais com anuidades muito altas, propusemos a criação de um fundo para manutenção e autonomia financeira desses”, explica Braghini.

Ele relata que a desigualdade econômica acaba atingindo as decisões políticas da categoria. “É complicado, pois os CRPs que possuem mais psicólogos (as) registrados têm maior delegação e acabam por dominar as discussões. Pensamos que a representatividade na



Foto: Ascom/CFP

A Apaf aprovou, em Brasília, o orçamento do CFP para 2015 e ações para o Sistema

Apaf não deveria reproduzir a desigualdade dentre os Conselhos com orçamentos tão díspares”, opina.

Participação social

A Apaf aprovou a temática da “Participação Social” como referência para as ações do Sistema Conselhos de Psicologia para 2015, quando acontecerão as conferências e encontros preparatórios para a 15ª Conferência Nacional da Saúde “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas”. Com o eixo temático “Direito do Povo Brasileiro”, a conferência é realizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Ministério da Saúde (MS). O objetivo é possibilitar a participação e representação qualificada para contribuir com as diretrizes da Saúde. O mote anual abrange, ainda, ações relacionadas à comemoração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além do fortalecimento da participação da categoria nas instâncias consulti-

vas e deliberativas junto aos governos federal, estaduais e municipais.

Em relação à agenda do exercício profissional, o tema da participação social é contemplado nos debates relacionados à maior representatividade dos CRPs nas decisões da Apaf e maior participação dos (as) psicólogos (as) nas atividades e decisões da categoria. A autarquia prepara, ainda para 2015, o lançamento da plataforma online OrientaPsi, que incentivará e criará um ambiente virtual para maior atuação, interação e participação da categoria nas ações políticas, profissionais e acadêmicas da Psicologia (confira matéria nesta edição). Além disso, o CFP promoverá uma consulta pública sobre a manutenção da possibilidade do voto online para as próximas eleições da autarquia. Para a presidente do CFP, Mariza Borges, o estímulo à participação social envolve não somente a relação com a sociedade, mas também com a categoria. “Deve-se ampliar a partici-

pação da base e a representatividade nacional dos psicólogos nos assuntos do Conselho”, destaca.

Entenda a APAF

A Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) foi criada durante o II CNP, em 1996, como instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia. A instância reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano; no entanto, pode haver reuniões extraordinárias mediante convocação do CFP ou por solicitação de dois terços dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

A Assembleia é composta por até três representantes do CFP e por conselheiros de todos CRPs, cujo número de representantes varia de um a três, dependendo do número de profissionais inscritos no regional. A Apaf toma decisões que influenciam as ações na gestão do Sistema Conselhos de Psicologia além de ações estratégicas para a Psicologia e para a sociedade.



Foto: Angelina de Sousa

Capacitação a jovens aprendizes na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

“Precisamos desconstruir rótulos e paradigmas obsoletos”

A profissional Angelina Ribeiro de Sousa conta um pouco de sua atuação com Psicologia Organizacional e do Trabalho em Belém (PA)

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) continua, nesta edição, a seção “Fala, Psicólogo@”: um espaço destinado à apresentação de profissionais da Psicologia de todas as áreas de atuação e de todas as regiões do país.

A cada número, um (a) profissional contará sua rotina de trabalho, perspectivas e desafios para a atuação na Psicologia. Para participar, envie um e-mail para jornaldofederal@cfp.org.br, ou mande uma mensagem privada em nossa fanpage no Facebook <https://www.facebook.com/conselhofederaldePsicologia>.

É possível optar por uma entrevista pingue-pongue, ou enviar um texto de sua autoria, com, no máximo, 4.620 caracteres. A Assessoria de Comunicação do CFP ficará

responsável pela avaliação e edição dos textos recebidos. Não se esqueça de encaminhar fotos suas e do seu ambiente de trabalho.

Neste número, pela região Norte, conversamos com a psicóloga Angelina Ribeiro de Sousa, que atua na profissão há 35 anos, natural de Santana (AP). Angelina já atuou em diversas áreas da Psicologia, como a Assistência Social. Atualmente, ela reside em Belém (PA) e trabalha na Psicologia Organizacional, desde 2010, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Qual é sua área de atuação na Psicologia?

Atualmente, Psicologia Organizacional e do Trabalho, na Em-

presa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Como é sua rotina de trabalho?

Tenho uma agenda onde são marcadas todas as demandas de Psicologia. Da área de captação realizo as análises de perfis profissionais por meio de entrevistas admissionais por competências. Realizo, também, as entrevistas dos candidatos classificados no Recrutamento Interno; e empregados que são indicados para mudança de função, seguindo a mesma modalidade por competências.

Além da captação, atendo funcionários encaminhados pelos gestores, pelos médicos, ou procura espontânea, com dificuldades de relacionamento interpessoal;

queixas/denúncias de assédio moral; vítimas de assaltos; transtornos psiquiátricos; e dependência química. As vítimas de assaltos e transtornos psiquiátricos são tratadas como demandas de urgências e emergências. Não raro, atendo também os familiares com algum problema intra e interpessoal.

A modalidade de atendimento é psicossocial e / ou psicológico de acolhimento, escuta, orientação e encaminhamento para a rede social e/conveniada.

Faço parte da equipe pró-saúde, formada por uma equipe multiprofissional: médico, psiquiatra, psicóloga e assistente social. Atuamos com ações preventivas, palestras, visitas domiciliares, institucionais e acompanhamento funcional.



Angelina Ribeiro de Sousa

Ademais, escrevo para o jornal interno online, produzido pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) da ECT, da Diretoria Regional do Pará.

O que você considera mais positivo em relação a seu trabalho?

Apática de desenvolver pessoas.

Das áreas em que você trabalhou, qual lhe representou o maior desafio? Quais as semelhanças e as diferenças entre elas?

Em todas as áreas nas quais já trabalhei tive muitos desafios, entretanto, o maior desafio foi na casa de apoio para pacientes TFD (Tratamento Fora de Domicílio) de alta complexidade. A gestão era compartilhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal da Saúde e precisei implantar o serviço de Psicologia. Não possuía nenhuma vivência na área, afinal, iniciei a minha atuação profissional na área Organizacio-

nal, numa empresa de comunicação atuando em treinamento e desenvolvimento, onde trabalhei por mais de oito anos.

Não conhecia bibliografia específica, e tive que pesquisar muito em Psicologia Social e comunitária, e no campo da medicina, estudando as doenças de alta complexidade encontradas naquela população: câncer, renal crônico, dentre outros. A convivência diária com a vida e a morte iminente, separadas apenas por uma linha muito tênue, representou outro desafio, e nesse contexto o/a psicólogo/a tem um papel relevante - tanto com o paciente, quanto com os familiares.

Todos os desafios foram enfrentados positivamente, e serviram de alicerce ao meu crescimento e maturidade pessoal e profissional, sendo também uma forte experiência para outros trabalhos que vieram depois, em CRAS (Centro de Referência da Assistência



Em evento que discutiu equidade de gênero e raça

“

Costumo dizer que o psicólogo organizacional precisa trabalhar como um mentor. Ser estratégico e facilitador de melhorias organizacionais/comportamentais”

Social), e atualmente na área Organizacional, onde trabalho.

As áreas possuem semelhanças e diferenças. As semelhanças estão relacionadas à resiliência tanto por parte do profissional quanto de favorecer o “ser resiliente”, por meio do feedback de desenvolvimento, possibilitando o crescimento, a inserção e a reinserção social, e o preparo para a vida: para as perdas e ganhos. Desenvolver bem estar, fazendo a gestão dos fatores que causam o sofrimento (psicodinâmica do trabalho).

Nesta área Organizacional, o maior desafio é o de desconstruir ideias e opiniões que ainda hoje permeiam o mundo do trabalho, que o/a psicólogo/a é só para captação (recrutamento e seleção) ou para cuidar de “funcionários problemáticos”.

Didaticamente, as diferenças são de foco, ou seja, na Assistência Social, a atenção básica é na dinâmica familiar/social. Na Organiza-

cional, o foco principal é funcional, nas pessoas no trabalho e nas relações de trabalho, claro que esse processo alcança as relações pessoais e familiares e vice versa.

Quais as limitações que você encontra em seu cotidiano de trabalho?

A Psicologia Organizacional, mesmo com os avanços, ainda hoje, vive alguns equívocos, os rótulos de associar o/a psicólogo/a Organizacional ao recorte “recrutamento e seleção” e “apagador de incêndio”, ou seja, só recorrem ao psicólogo quando o problema já está instalado, portanto, esse é o maior desafio para nós psicólogos organizacionais, o de desconstruir rótulos e paradigmas obsoletos, construindo proativamente um novo cenário, ampliando o campo de atuação com narrativas profissionais e práticas eficazes, para conquistarmos novos espaços com credibilidade e confiança.

Esse novo cenário requer investimento em conhecimento, habilidade e atitude. Isto implica estudar e aperfeiçoar-se continuamente (interna e externamente à área de atuação), a fim de favorecer argumentos convincentes (narrativas profissionais e atuação adequada, eficiente e eficaz).

Ainda somos formiguinhas, mas é preciso ter determinação, passo a passo, e estar próximo das pessoas. Atitudes que geram comprovadamente excelentes resultados! Hoje, seguramente, sinto-me realizada e confiante pela credibilidade conquistada na empresa. Os resultados fazem parte das práticas inovadoras de um processo contínuo e renovado de busca de autoconhecimento e conhecimento.

Costumo dizer que o/a psicólogo/a Organizacional precisa trabalhar como um mentor. Ser estratégico e facilitador de melhorias organizacionais/comportamentais. Promover o desenvolvimento, o bem estar e a qualidade-de-vida no ambiente laboral, assessorando e prestando consultorias ao clima organizacional, à gestão do absenteísmo, dentre outros aspectos organizacionais.

Foto: Arquivo CFP



Ocorrida em agosto de 2013, a última eleição contou com 18.524 votantes por correspondência ou nos postos instalados pelo Brasil e 66.119 votando online

CFP fará consulta pública sobre a manutenção do voto online

A decisão de implantar o sistema foi tomada na APAF de 2012 com o desafio de ampliar a cidadania com o uso da tecnologia

Comprar online, acessar sua conta bancária pelo Internet banking, enviar declaração de imposto de renda: esses são alguns exemplos de atividades que já se integraram ao nosso cotidiano graças à tecnologia, também incorporada ao processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia na última eleição.

Com a proximidade do novo pleito em 2016, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promove, neste semestre, uma consulta pública sobre a manutenção da possibilidade do voto digital.

A decisão de implantar o sistema de eleições com votos online, sem, no entanto, extinguir a votação por cédula, foi tomada na Assembleia de Políticas, da Adminis-

tração e das Finanças (APAF) de maio de 2012. Na ocasião, foi colocado como um desafio a ser superado a seguinte questão: “como fazer uso adequado da tecnologia para produzir participação e ampliação da cidadania?”.

Ocorrida em agosto de 2013, a última eleição contou com a participação de 84.643 profissionais da Psicologia, divididos da seguinte maneira: 18.524 votantes por correspondência ou nos postos instalados pelo Brasil e 66.119 votando, pela primeira vez, de forma online.

A possibilidade do voto pela Internet culminou em um aumento de 13,26% no número de votantes em relação ao pleito anterior. Em 2010, por exemplo, a participação foi de

74.730 votos, em um universo de 141.208 profissionais da Psicologia inscritos e adimplentes no CFP. Já em 2007, foram 72.139 entre 121.780 registrados. Atualmente, o Cadastro Nacional do CFP conta com 178.934 psicólogos e psicólogas ativos.

Dificuldades no pleito nacional

Três denúncias de tentativas de fraudes eletrônicas foram contabilizadas no processo eleitoral de 2013. De acordo com os auditores da empresa Maciel, que acompanhavam o processo pessoalmente na sede do CFP, o ocorrido não caracterizava um problema no sistema de eleições

bem como não causaria nenhum impacto no resultado do pleito.

Além do pedido de um relatório com verificação de possíveis vazamentos de dados sigilosos do Cadastro Nacional de Psicólogos, foi realizada uma reunião com as três chapas concorrentes ao pleito nacional e registrado um boletim de ocorrência.

Ao final do pleito, a Comissão Eleitoral Especial (CEE) e a Comissão Especial Regular (CER) avaliaram que, mesmo com a ocorrência registrada, a modalidade de voto por Internet se mostrou segura e adequada para o montante de eleitores da Psicologia.

Já na modalidade de votação por correspondência foram registradas dificuldades com o prazo para a contagem de votos, pois os Correios trabalham com a possibilidade de até 45 dias para seu trâmite; além disso, o custo elevado para confecção e postagem de kits, dentro dos padrões dos Correios, e o alto índice de endereços incorretos, geraram despesas extras e impediram que os kits chegassem às casas de todos os psicólogos inscritos. No entanto, o maior problema deste sistema é impedir fraudes eleitorais pela dificuldade em identificá-las e investigá-las.

Próximas eleições

O próximo processo eleitoral para o Sistema Conselhos está previsto para o dia 27 de agosto de 2016. Para que o profissional da Psicologia esteja apto a votar, é preciso estar em dia com a anuidade do Conselho Regional de Psicologia correspondente.

Além disso, os dados cadastrais precisam estar atualizados. O cadastramento pode ser feito pelo cadastro.cfp.org.br. A atualização dos dados permite que aqueles que votarão por correspondência recebam a carta voto no endereço correto, e os que votarão online, se mantida a modalidade, recebam um código para emissão de uma senha, via site das eleições, para participar do processo eleitoral. Os dados precisam estar rigorosamente atualizados para que o sistema faça a correta identificação e emissão desta senha.

Tabela de honorários

CFP e Fenapsi apresentam resultados preliminares de pesquisa conjunta

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) realizaram, de setembro a novembro de 2014, uma consulta pública sobre os itens que deveriam constar na atualização da Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos – ou apenas Tabela de Honorários. A pesquisa conjunta foi voltada a todos os conselhos regionais de Psicologia, sindicatos de psicólogos, entidades científicas e profissionais em geral.

A Tabela foi publicada pela primeira vez em 2001. Sua última atualização, baseada apenas em aplicação dos índices inflacionários, foi feita em 2007, o que torna necessária uma renovação mais completa.

A conselheira do CFP responsável pela pesquisa, Maria da Graça Corrêa Jacques, destaca que a demanda por uma tabela com valores para honorários de serviços prestados por psicólogos (as) é constante entre a categoria. Segundo ela, para atender a essa reivindicação, o CFP e a Fenapsi reuniram esforços para tentar atualizar a tabela vigente, que não corresponde mais à realidade atual, quer pelas categorias elencadas, quer pelos valores propostos. “Com o intuito de ampliar políticas relativas ao fortalecimento da nossa atuação profissional, a pesquisa buscou atender aos anseios dos (as) psicólogos (as), contemplando procedimentos atualmente realizados, mas ainda não contemplados na Tabela. A futura alteração visa conferir mais clareza, tanto para o profissional psicólogo como para o usuário, sobre os valores e os serviços oferecidos”, comenta a conselheira.

A consulta foi respondida por meio de formulário online, disponibilizado nos sites do CFP e da Fenapsi, e continha questões relativas ao perfil do participante e perguntas sobre a funcionalidade da Tabela de Honorários, além da avaliação de nomenclaturas das categorias elencadas atualmente: Diagnóstico Psico-

Sobre a tabela de Honorários

Você conhece a Tabela de Honorários?
Para ver a tabela como é hoje, clique [aqui](#)

Sim Não

A Tabela de Honorários já teve utilidade em sua prática?

Sim Não

Avaliação

Avalie as nomenclaturas das categorias a seguir. Você pode avaliar o número de nomenclaturas que deseja. Para validar sua participação, ao final clique em concluir.

- 1) Avalie aqui as nomenclaturas utilizadas na categoria Diagnóstico Psicológico
- 2) Avalie aqui as nomenclaturas utilizadas na categoria Orientação e Seleção Profissional
- 3) Avalie aqui as nomenclaturas utilizadas na categoria Orientação e Psicopedagógica
- 4) Avalie aqui as nomenclaturas utilizadas na categoria Solução de Problemas Psicológicos
- 5) Avalie aqui as nomenclaturas utilizadas na categoria Acompanhamento e Orientação Psicológica
- 6) Avalie aqui as nomenclaturas utilizadas na categoria Assessoria em Psicologia

A consulta pública sobre a Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos aconteceu entre setembro e novembro de 2014

lógico, Orientação e Seleção Profissional, Orientação Psicopedagógica, Solução de Problemas Psicológicos, Acompanhamento e Orientação Psicológica e Assessoria em Psicologia.

A presidente da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), Fernanda Magano, ressalta a importância da parceria da entidade com o CFP na construção de uma nova tabela de honorários. Ela também aponta o impacto positivo dessa atualização diante da ampliação da profissão. “Além dos referenciais de honorários estarem rebaixados pela cesta de índices, também há uma necessidade de ampliar o rol de procedimentos à medida que a categoria avançou, pois conseguimos novas formas de atuação, como a Psicologia do Esporte, outros espaços na Psicologia Jurídica, a Neuropsicologia avançan-

do consideravelmente, para citar três exemplos do quanto é importante a tabela ter outros procedimentos”.

Próximas ações

Após a consulta online e a elaboração do relatório com os dados coletados, o Conselho Federal de Psicologia realizará uma licitação para contratação de empresa para promover uma pesquisa de mercado sobre os preços atualmente cobrados na Tabela. Após essa nova coleta, analistas da autarquia, dirigentes da Fenapsi, conselheiros e os técnicos da empresa contratada irão se reunir para a montagem de nova Tabela de Honorários.

“A participação, representativa do nosso perfil profissional, apresentou sugestões que serão incorpora-

das ao trabalho proposto. Nossa próxima etapa é contratar uma entidade especialista neste tipo de consulta, para que possamos oferecer aos colegas parâmetros para a cobrança de valores por serviços prestados, e subsidiar órgãos públicos e privados quanto à remuneração dos serviços de profissionais de Psicologia”, explica Maria da Graça Corrêa Jacques.

Resultados da pesquisa

Entre os 915 participantes da consulta, 851 psicólogos (as) eram formados (as) e 51 eram estudantes de cursos de Psicologia. Deste universo, 77% eram mulheres.

Também participaram da pesquisa seis entidades científicas da Psicologia e cinco Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs): Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe e São Paulo.

Quanto à adequação dos termos presentes na Tabela de Honorários vigente, o grau de entendimento dos (as) respondentes foi elevado, com taxas de 62 a 99%. A despeito dos níveis de adequação considerados satisfatórios pela maioria dos que responderam a pesquisa, foram registradas solicitações de alterações em termos como Solução de Problemas Psicológicos, Orientação Psicopedagógica e Exames Psicotécnicos.

Na nomenclatura Solução de Problemas Psicológicos, foram sugeridas mudanças para termos como Psicoterapia, Acompanhamento de Problemas Psicológicos, Intervenção em Problemas Psicológicos e Tratamento de Problemas Psicológicos.

Para Orientação Psicopedagógica, os respondentes sugeriram termos como Avaliação Psicopedagógica, Orientação e Psicopedagogia e Avaliação.

Já para Exames Psicotécnicos, apareceram sugestões como Exames Psicológicos, Avaliação Psicológica para Concessão de Carteira Nacional de Habilitação e Avaliação Psicológica no Contexto do Trânsito.

Tabela de Honorários

A Tabela de Honorários é um documento de referência nacional de valores, em reais, não estabelece piso nem teto de preços para os honorários cobrados, cabendo, portanto, a cada profissional psicólogo definir, em comum acordo com a pessoa (física ou jurídica) que solicita seus serviços, os valores a serem cobrados.

Mulheres na Psicologia: conquistas e desafios

Confira a entrevista com Madge Porto, responsável pela coordenação do GT Laicidade e Psicologia e pelo tema dos Direitos Humanos das Mulheres

A luta pelos direitos fundamentais das mulheres e por sua igualdade em relação aos homens avança e amplia conquistas ao longo da história. Mas a equidade de gênero, contudo, ainda está longe de se concretizar. A Psicologia, reconhecida como uma profissão de mulheres, também abriga essas desigualdades sociais e a discriminação presentes na sociedade.

Em geral, as psicólogas recebem menores salários, sofrem com assédio moral e sexual em seus ambientes de trabalho e enfrentam jornadas exaustivas (que incluem o trabalho doméstico), o que pode acarretar em dificuldades de investimento na formação e em outros prejuízos de ordem emocional e econômica, por exemplo.

Em março, mês Internacional da Mulher, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entrevistou Madge Porto, Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB (2013) e psicóloga clínica da Universidade Federal do Acre (UFAC). No XVI Plenário, ela é responsável pela coordenação do GT Laicidade e Psicologia e pelo tema dos direitos humanos das mulheres. “É preciso que as psicólogas, assim como todas as mulheres, possam refletir porque elas saíram para o mercado de trabalho remunerado e ainda precisam fazer as tarefas que a elas eram imputadas quando não tinham trabalho fora de casa”, aponta.

Confira, abaixo, a entrevista.

Neste 8 de março, o que há a se comemorar e pelo que ainda é preciso lutar?

Temos muito a comemorar, sim. Avançamos na luta pelos direitos das mulheres, graças ao empenho de muitas de nós que se organiza-

ram em busca da conquista desses direitos. Todavia, há muito a se fazer. O movimento feminista ainda se faz necessário num país com tanta influência de valores patriarcais e judaico-cristãos. Ainda é preciso lutar pela consolidação de direitos conquistados, como o direito a não sofrer violência, e pela conquista de novos direitos, como salários iguais para a mesma função e a divisão das tarefas domésticas, por exemplo.

Quais seriam as principais conquistas das mulheres brasileiras e quais os principais desafios para a superação de marcas patriarcais, machistas e misóginas em nossa sociedade?

Podemos destacar, como principal conquista, a Constituição Federal de 1988, que reconhece direitos iguais para mulheres e homens, após décadas de luta do movimento feminista. Esse foi o marco que possibilitou a normatização de vários outros direitos e a proteção das mulheres em muitas de suas vulnerabilidades constituídas numa sociedade marcada por valores patriarcais, machistas e misóginos. Dentre as conquistas pós Constituição, destaco a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), um marco no combate à violência contra as mulheres. Outra conquista impor-

“

Os desafios são muitos, mas a desnaturalização do lugar social estabelecido para as mulheres é um dos mais importantes”



Madge Porto

Foto: Ag. Movimento

tante é o reconhecimento das mulheres como pensadoras e produtoras de conhecimento, como no Programa Pioneiras da Ciência do Brasil¹, do CNPq, que apresenta o perfil de algumas psicólogas como reconhecidas cientistas na construção da Psicologia no Brasil.

Os desafios são muitos, mas a desnaturalização do lugar social estabelecido para as mulheres é um dos mais importantes. A ideia de ligar as mulheres à natureza, ou seja, relacionar os papéis atribuídos às mulheres na sociedade como determinados pela natureza precisa ser questionada. As mulheres precisam consolidar o lugar de sujeito de seu desejo e de seus direitos.

Quase 90% dos profissionais cadastrados no CFP são do sexo feminino. Como você enxerga as condições do trabalho das mulheres psicólogas em relação aos direitos trabalhistas e no exercício da profissão?

As psicólogas vivem os mesmos dilemas e dificuldades das mulheres de uma forma geral no Brasil. Pesquisas² apontam que independente da raça/etnia ou classe social, muitas mulheres ainda ganham menos que os homens de seu mesmo grupo social realizando a mesma função. As psicólogas também têm a dupla ou a tripla jornada de trabalho, pois continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com as crianças e os/as idosos/as. Essa demanda faz com que as psicólogas tenham menores possibilidades de investimento na formação e de participação em instâncias políticas.

Os psicólogos assumem proporcionalmente mais cargos de poder nas instâncias políticas da categoria e têm melhores oportunidades de trabalho por terem mais disponibilidade de tempo para assumir esse tipo de atividade e para se dedicar à formação profissional,

por exemplo, pois não têm o compromisso com a divisão das tarefas domésticas e nem com o cuidado da família. Esse acúmulo de tarefas das mulheres, e também das psicólogas, que têm pouca valorização social, limita o investimento na carreira e também determina a busca por áreas específicas, como a Psicologia clínica, por ser uma possibilidade de trabalho remunerado com maior oportunidade de flexibilidade de horário, por exemplo. Dessa forma, o que esse quadro demonstra é que a condição de gênero traz consequências para uma profissão com tantas mulheres e, ao mesmo tempo, a profissão é influenciada por essa característica de gênero, ou seja, ser formada majoritariamente por mulheres.

Quais são as desigualdades que as psicólogas ainda enfrentam em seus diferentes espaços de trabalho?

Menores salários, jornadas esgotantes com muitas horas de trabalho não remunerado – o trabalho doméstico –, dificuldade em investir na formação e se dedicar à carreira por ter muitas demandas a cumprir.

As mulheres psicólogas também enfrentam jornadas triplas de trabalho, a exemplo de outras profissionais. Como superar essa dificuldade?

Para superar essa dificuldade é preciso abrir o debate de forma a desnaturalizar as atribuições que tradicionalmente são impostas às mulheres. É preciso que as psicólogas, assim como todas as mulheres, possam refletir porque elas saíram para o mercado de trabalho remunerado e ainda precisam fazer as tarefas que a elas eram imputadas quando não tinham trabalho fora de casa. Por que precisam cuidar da casa, das crianças, idos@s? Por que essas tarefas ainda cabem a elas? Por que as atividades domésticas não são divididas com os tod@s@s moradores/as da casa? Enquanto essas questões não forem desnaturalizadas, enquanto não for reindicada a divisão do



A integrante do XVI Plenário fala sobre os desafios da mulher psicóloga ao programa Entre Nós

trabalho doméstico e dos cuidados com quem precisa de cuidados, esse acúmulo de tarefas continuará.

Como o CFP tem tratado as demandas específicas das mulheres profissionais no que se refere às condições e relações de trabalho e à pluralidade de suas atuações?

O XVI Plenário do CFP tem aprofundado essa discussão, que por muitos anos foi esquecida no Sistema Conselhos. Só entre os anos de 2011 e 2012 teve início a discussão interna na categoria sobre a questão de gênero, quando houve a percepção de que a Psicologia é formada majoritariamente por mulheres e que isso tinha/tem um impacto no fazer da Psicologia. Agora essa discussão tem prioridade na gestão do CFP, sendo os Direitos das Mulheres e, neste ano, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, uma pauta relevante da agenda dos grandes temas da sociedade do CFP. Assim, o tema dos direitos sexuais e repro-

duativos foi objeto de discussão no IV Congresso Brasileiro da Psicologia e também terá uma mesa de discussão no IX Conpsi, em maio deste ano. Os direitos sexuais e reprodutivos foram destacados por ser o tema escolhido na Apaf para a pesquisa do Crepop e por trazer à profissionais o confronto com questões tensas que estão inflamadas na sociedade – e o CFP abre para a categoria o debate, sempre relacionando, como em qualquer pauta de direitos humanos, o fazer profissional e suas condições de trabalho para propor e encaminhar soluções de forma coletiva e considerando a diversidade e pluralidade que marcam a profissão.

As mulheres em situação de violência são muitas vezes demandantes de acompanhamento psicológico. Você acha que esta demanda é suprida por parte do Estado brasileiro hoje?

A relação entre a Psicologia e a política pública de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres é estreita, pois, no modelo proposto de intervenção em casos de violência, psicólogas/os fazem parte da equipe mínima necessária para o funcionamento dos principais equipamentos de atenção a essas mulheres: casas-abrigo e centros de referência a mulheres em situação de violência. Há, por

parte da política especializada, uma demanda para a Psicologia, um lugar para o trabalho em Psicologia. O estabelecimento de profissionais da Psicologia nas equipes da política para mulheres em situações de violência demonstra que se entende que há um papel a ser cumprido pela profissão no combate a esse tipo de violência, o que faz a temática ser relevante para a categoria não só por ser um tema importante no espectro dos direitos humanos, como também na discussão do trabalho em Psicologia.

Nesse contexto, entendo que avançamos na construção do enfrentamento à violência contra as mulheres com destaque especial para a Lei Maria da Penha, como já falei anteriormente. Todavia, muito há a ser feito. No caso do trabalho em Psicologia, é preciso discutir qual o papel de psicólogas/os na equipe multiprofissional nesta política pública, além de suas condições de trabalho, pois os estudos apontam que há limitações nos resultados alcançados, o que nos coloca um desafio importante enquanto categoria profissional.

Como a psicóloga pode se envolver nas políticas e ações do CFP voltadas para as mulheres?

As psicólogas podem participar dos debates promovidos pelo CFP no Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia, nas redes sociais e nos encontros da categoria, apresentando suas experiências profissionais com o tema e contribuindo para a construção de uma política pública que demanda o trabalho em Psicologia e que precisa contar com a participação efetiva de quem exerce a profissão.

“

O XVI Plenário do CFP tem aprofundado essa discussão, que por muitos anos foi esquecida pelo Sistema Conselhos”



Foto: Rafael Bonifácio/Ponte Jornalismo

Doze jovens da periferia de Salvador (BA) foram mortos em ação policial em janeiro deste ano

Tortura e violência policial: a prática silenciosa que atinge milhões em todo o Brasil

O CFP atua pelo fim da tortura e da violência no país

Em janeiro de 2015, 12 jovens foram mortos e cinco ficaram feridos em uma ação das Rondas Especiais, a tropa de elite da Polícia Militar baiana. Todos negros, os moradores do bairro do Cabula, periferia de Salvador (BA), perderam suas vidas após serem rendidos por homens em trajes civis e rostos cobertos, segundo testemunhas.

“Os meninos estavam todos reunidos no campo, quando foram cercados pelas viaturas. Espancaram todos”, disse uma mulher. “A polícia não tem o direito de fazer o que fez. A polícia é paga para proteger e não matar aleatoriamente”, disse a moradora do bairro ao jornal baia-

no Correio. A versão da polícia afirma que os homens foram baleados quando se preparavam para explodir um banco e foram surpreendidos. As mortes, segundo as autoridades, foram respaldadas por autos de resistência - quando a polícia alega que a morte ocorreu em confronto.

A Anistia Internacional afirmou, à época, que o caso teria “indícios de execuções sumárias” e centenas de entidades da sociedade civil e do movimento social manifestaram-se contra a violência e a lógica racista e repressora cometida naquele estado. O caso entrou para a extensa lista de ações policiais sob a denúncia de prática violenta e de tortura compu-

tadas todos os anos pelas entidades, estas que têm, dentre suas pautas principais, a aprovação do Projeto de

“

Infelizmente, as vítimas da violência policial possuem cor e endereço certo: são negros ou pardos, de baixo poder aquisitivo, moradores de comunidades carentes, com baixa escolaridade e poucas oportunidades profissionais.”

Lei 4.471/2012, pelo fim dos autos.

São casos como o de Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro desaparecido em 2013 após ter sido detido por policiais militares. O inquérito da investigação concluiu que Amarildo foi torturado até a morte e dez policiais militares da UPP da Rocinha foram indiciados. Amarildo é considerado, ainda hoje, desaparecido. Ou de Cláudia da Silva Ferreira, baleada no Rio de Janeiro ao sair de casa para comprar pão em uma manhã de domingo, e que virou símbolo da barbárie: seu corpo foi arrastado por uma viatura policial por quilômetros.

De acordo com o Relatório Mundial de Direitos Humanos 2015, a Ou-

vidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu, entre 2012 e 2014, 5.431 denúncias de tortura e tratamento cruel, desumano ou degradante em 2014. Mais de 84% dessas denúncias referiam-se a ocorrências em presídios, cadeias, delegacias de polícia e unidades de medida socioeducativa. O documento cita execuções extrajudiciais cometidas por policiais, superlotações das prisões e uso de tortura e maus tratos. A 25ª edição do relatório informa que os governos cometem um grave equívoco quando, para combater ameaças à segurança, ignoram os direitos humanos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais expressaram em março, por meio de nota pública, seu repúdio diante da recorrente violência do Estado brasileiro com a população negra, especialmente relacionado ao caso de Cabula. O posicionamento é embasado no Código de Ética da profissão de 2005, que em seus princípios fundamentais afirma que “O Psicólogo baseará o seu trabalho apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” e “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”. “Infelizmente, as vítimas da violência policial possuem cor e endereço certo: são negros ou pardos, de baixo poder aquisitivo, moradores de comunidades carentes, com baixa escolaridade e poucas oportunidades profissionais”, afirma a psicóloga Elisa Walleska Krüger Costa, representante suplente do CFP no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) da Presidência da República.

A psicóloga Vera Vital Brasil, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP, lembra que o terror de Estado é marcado pela ditadura civil militar no Brasil, política repressiva que envolveu tortura, desaparecimento forçado, extermínio de opositores, além de perseguições, desemprego e exílio de muitos brasileiros. “Imperou o terror, o medo, a desconfiança, a suspeição. A tortura como prática institucionalizada durante o período ditatorial deixou marcas profundas nos dias atuais,



Jovens do bairro de Cabula pedem o fim da violência nas comunidades

Foto: Rafael Bonifácio/Ponte Jornalismo

uma vez garantida a impunidade de agentes públicos que cometeram estes crimes de lesa humanidade. A tortura é uma prática generalizada e sistematizada em todo o território brasileiro, uma prática inaceitável, que permanece ativa até hoje nos espaços prisionais e nas ruas e dirigida fundamentalmente aos pobres”, diz.

A Comissão Nacional da Verdade, que investigou durante dois anos e meio os crimes cometidos durante a ditadura, recomendou a desmilitarização das polícias e a sua formação dentro dos parâmetros dos Direitos Humanos. “Somente quando houver o reconhecimento por parte do Estado, neste caso das práticas

violentas da polícia, é que também vai haver lugar para uma política pública de enfrentamento da violência”, destaca a psicóloga Bárbara Conte, também integrante da CDH.

O CFP tem, como um de seus eixos de atuação, a defesa do fim da tortura e de todas as formas de violência associadas às polícias, a valorização da iniciativa das clínicas do testemunho como importante trabalho dos psicólogos (as) e o enfrentamento a qualquer forma de criminalização destes profissionais. As Clínicas do Testemunho, ação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, atendem anistiados, sobreviventes do período ditatorial e seus familiares e têm como objetivo ampliar a atenção como uma política pública de reparação psíquica para sobreviventes do terror de Estado e da violência atual.

Desde 2015, a autarquia tem, ainda, atuação no CNPCT, representando as entidades de classe. Segundo o professor da UnB e psicólogo Ileno Costa, representante titular no comitê, “há uma dívida histórica, que vem desde a nossa descoberta (presos, degredados, escravos, prostitutas e excluídos de Portugal) e se tornou explicitamente perversa na ditadura, mas que permeia todo o nosso dia-a-

dia, quando damos atenção ou naturalizamos a tortura ou os maus tratos a qualquer setor de nossa sociedade, seja criança, adolescente, idoso, mulher, homem, preso ou recolhido em instituições totais de nossa sociedade”. Para o representante do CFP, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNCPT), que instituiu legalmente o CNPCT e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), tem um enorme caminho a construir e a trilhar, “tendo sempre o CFP junto, posto que os sofrimentos físicos e psíquicos precisam ser minorados”.

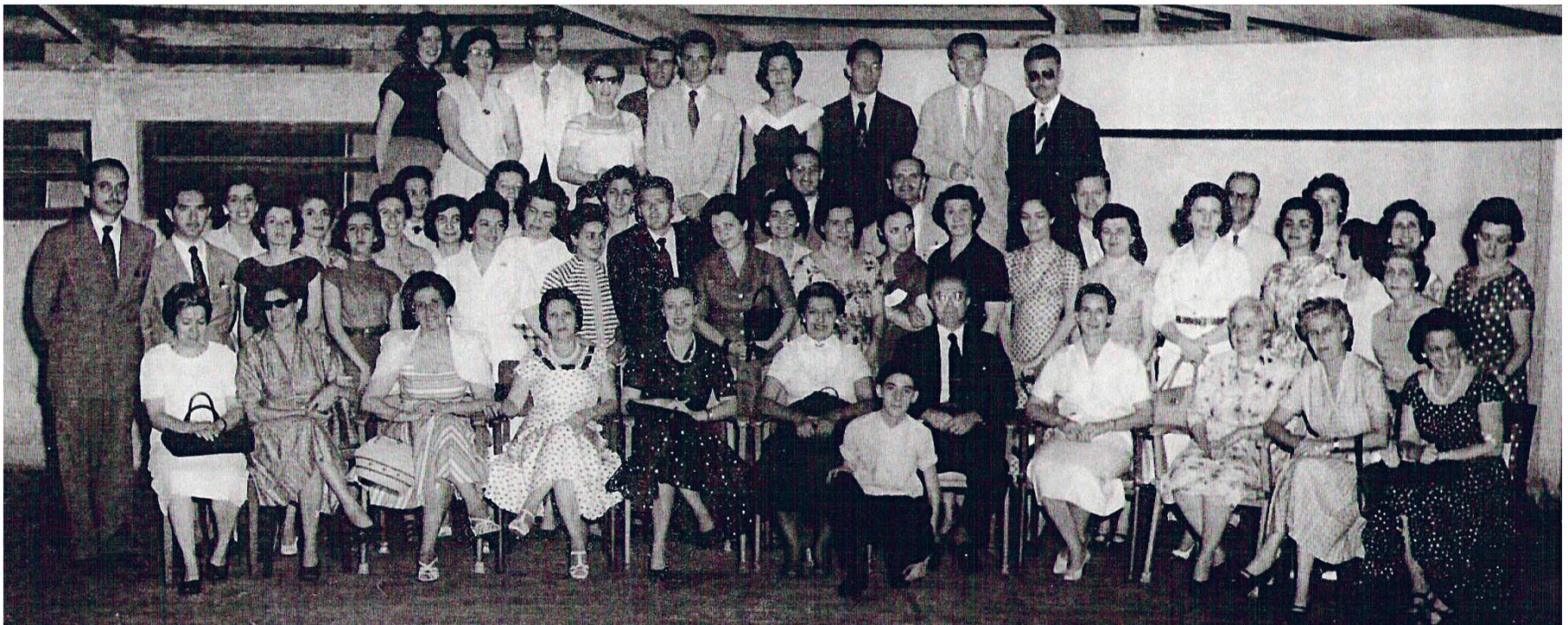
“A tortura é uma prática generalizada e sistematizada em todo o território brasileiro, uma prática inaceitável, que permanece ativa até hoje nos espaços prisionais e nas ruas e dirigida fundamentalmente aos pobres.”

“

Somente quando houver o reconhecimento por parte do Estado, neste caso das práticas violentas da polícia, é que também vai haver lugar para uma política pública de enfrentamento da violência.”

A prática antes da regulamentação

Dos anos 1940 à Lei 4.119/62 (parte I)



Em continuidade à série “Memórias da Psicologia”, seguimos tratando do período da industrialização e intensificação da urbanização no Brasil e, como corolário, o surgimento de diversos cursos de Psicologia pelo País – gerando, desta forma, as bases para a regulamentação da profissão, que ocorreu em 27 de agosto de 1962, com a publicação da Lei 4.119.

No período caracterizado como “Estado Novo” (1937-1945), tendências autoritárias são reafirmadas, visto estarem presentes desde o início da República Velha. O Brasil passa por mudanças em sua estrutura econômica e populacional – a substituição de importações vai tomando o lugar do modelo agroexportador – sem, entretanto, haver qualquer rompimento importante com os interesses da burguesia latifundiária.

A população brasileira, antes predominantemente rural, começa a migrar para as cidades, principalmente às capitais, em busca de melhores oportunidades. E estas mudanças trazem como consequências, dentre outras, alterações no processo educacional.

Ainda no governo Getúlio Vargas são criados vários institutos de pesquisa e indústrias estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce (1941), a Fábrica Nacional de Motores (1942) e a Companhia Nacional de Álcalis (1943). Processo intensificado, a partir de 1955, com o presidente Juscelino Kubitschek, no desenvolvimento da indústria automobilística e na construção de Brasília – período conhecido pelo Plano de Metas do governo: “50 anos em 5 anos”.

Criação das Instituições no campo da Psicologia

Em 1932, temos o projeto pioneiro no ensino da Psicologia com a criação de um Instituto de Psicologia. Criado por Waclaw Radecki, psicólogo polonês que, em 1924, criou e dirigiu o Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (RJ). Este Laboratório foi transformado, em 1932, no Instituto de Psicologia, todavia a experiência durou apenas sete meses. No entanto, o ensino de Psi-

Equipes de Radecki e do Instituto de Seleção e Orientação Pessoal (ISOP), em meados dos anos 1930 e 1940



colgia continuou desenvolvendo-se em cursos de pequena duração fornecidos por estrangeiros a convite de instituições de ensino, principalmente as Faculdades de Filosofia.

Já na década de 1940, aparecem os primeiros cursos de Especialização em Psicologia, destacando-se os do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, sob a direção de Madre Cristina (1916-1997), e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV), no Rio de Janeiro, tendo Emílio Mira y López (1896-1964) como diretor. Nesse momento da história, o profissional da Psicologia passou a ser chamado, geralmente, de psicotécnico ou psicologista, e deixou o campo da Educação para se constituir em um campo próprio.

Com isso, ainda no final dos anos 1940, já temos profissionais nas áreas de seleção e da orientação profissional no ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional, em São Paulo, e no Banco da Lavoura, em Belo Horizonte. Já a orientação psicopedagógica começa a surgir nas escolas, principalmente nas experimentais, com apoio das clínicas para psicodiagnósticos infanto-juvenis.

Também há registro da avaliação psicológica de menores abandonados ou considerados infratores. Mas os detalhes deste período, bem como do surgimento de associações, cursos universitários e temas ligados ao desenvolvimento da profissão, estarão na próxima edição do *Jornal do Federal*. Acompanhe.

Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº124/2014 - ORIGEM: CRP-06 (059/2010);

EMENTA – Queixa contra mau atendimento.
DECISÃO CRP: Aduertência;
DECISÃO CFP: Arquivamento.
DATA DO JULGAMENTO: 23/01/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Rogério de Oliveira Silva
RELATOR: Vera Lúcia Morselli

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1521/2014 - ORIGEM: CRP-06 (032/2011);

EMENTA – Laudo mal elaborado.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 23/01/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Rogério de Oliveira Silva
RELATOR: Lurdes Perez Oberg

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1251/2014 - ORIGEM: CRP-06 (036/2011);

EMENTA – Coniúência com violação dos direitos humanos
DECISÃO CRP: Suspensão por trinta dias, ad referendum do CFP
DECISÃO CFP: Suspensão por trinta dias, ad referendum do CFP
DATA DO JULGAMENTO: 23/01/2015

PRESIDENTE DA SESSÃO:
Rogério de Oliveira Silva
RELATOR: Eliandro Rômulo Cruz Araújo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1631/2014 - ORIGEM: CRP-03 (005/2014);

EMENTA – Laudo mal elaborado
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 23/01/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO: Maria da Graça Corrêa Jacques
RELATOR: Rogério de Oliveira Silva

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1771/2014 - ORIGEM: CRP-17 (001/2013);

EMENTA – Laudo mal elaborado
DECISÃO CRP: Aduertência;
DECISÃO CFP: Aduertência
DATA DO JULGAMENTO: 23/01/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Rogério de Oliveira Silva
RELATOR: Maria da Graça Corrêa Jacques

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1636/2014 - ORIGEM: CRP-06 (007/2012);

EMENTA – Irregularidade em avaliação psicológica para obtenção de CNH
DECISÃO CRP: Aduertência;

DECISÃO CFP: Aduertência
DATA DO JULGAMENTO: 27/02/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: João Baptista Fortes de Oliveira

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1789/2014 - ORIGEM: CRP-06 (095/2012);

EMENTA – Irregularidade em avaliação psicológica
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 27/02/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: João Carlos Alchieri

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1825/2014 - ORIGEM: CRP-06 (113/2012);

EMENTA – Irregularidade em avaliação psicológica
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Aduertência
DATA DO JULGAMENTO: 27/02/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Dorotêa Albuquerque de Cristo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1803/2014 - ORIGEM:

CRP-03 (001/2010);
EMENTA – Divulgação profissional indevida
DECISÃO CRP: Cassação do Registro Profissional, ad referendum do CFP
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 27/02/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Sérgio Luis Braghini

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1951/2014 - ORIGEM: CRP-12 (341/2012);

EMENTA – Laudo mal elaborado
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 27/02/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Maria da Graça Corrêa Jacques

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº1607 - ORIGEM: CRP-06 (032/2010);

EMENTA – Laudo mal elaborado
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 27/02/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: João Carlos Alchieri

Agenda

V Encontro de Fenomenologia, Psicologia Fenomenológica e Filosofias da Existência

27 a 29 de abril

Local: Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís/MA

Informações: <https://sites.google.com/site/uencdefenpsifenfildaeexistencia>

Simpósio Nacional para a Proteção da Adolescência e Infância – SINPAI

29 e 30 de abril

Local: Anfiteatro da reitoria da Faculdade Assis Gurgacz Cascavel/PR

Informações: <http://www.fag.edu.br/sinpai>

8º Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas

13 de maio

Local: Centro de Convenções, Salvador/BA

Informações: <http://site.cfp.org.br>

2º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental

4 a 6 de junho

Local: João Pessoa/PB

Informações: <http://www.direitoshumanos2015.abrasme.org.br>

9º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi)

13 a 16 de maio

Local: Centro de Convenções Salvador/BA

Informações: <http://site.cfp.org.br/9o-conpsi>

III Congresso Internacional de Ciências da Educação e do Desenvolvimento

24 a 26 de junho

Local: Donostia – San Sebastián, na Espanha

Site do evento: http://congresoeducacion.es/edu_web

Programa Científico: http://congresoeducacion.es/edu_web/programacientifico.html

Inscrições: http://congresoeducacion.es/edu_web/inscripcion.html

Envio de Trabalhos: http://congresoeducacion.es/edu_web/presentaciontrabajos.html

VOT ONLINE

ESSA ESCOLHA É SUA

CAMPANHA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O Conselho Federal de Psicologia quer saber se a categoria de psicólogos é a favor da utilização da internet para as eleições dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. A consulta pública já está disponível no site do CFP. Participe!

www.site.cfp.org.br

